

AVALA DE PERUS E AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA TRAJETÓRIA POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA (1990-2019)

Marília Oliveira Calazans ¹

Aline Feitoza de Oliveira ²

João Pedro Silva de Albuquerque ³

Juliana Almeida dos Santos ⁴

Resumo: Este artigo analisa a participação de universidades públicas na trajetória dos remanescentes humanos exumados, em 1990, da vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, em Perus, um distrito do Município de São Paulo. O objetivo é refletir sobre o potencial e a importância da pesquisa realizada nessas instituições no assessoramento técnico, tecnológico e científico em casos de violação de direitos humanos, no geral, e no caso da Vala de Perus, em particular. Além disso, busca-se compreender a relação da universidade como produtora de elementos que eventualmente compõem a memória coletiva e nacional, em um cenário de disputas narrativas sobre o passado, de embates entre memórias e produção historiográfica e de revisionismo narrativo e conceitual, além de negacionismo no

¹ Doutoranda em Arqueologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em História pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Transita pelas áreas de Arqueologia, História das Ciências, Patrimônio e Educação, explorando interseções entre esses temas. Tem experiência em docência em nível básico, atuando nas redes pública e privada. Também atuou na gestão pública, como Assessora de Educação da Prefeitura de Guarujá-SP. Atualmente, trabalha no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF-Unifesp), dedicando-se a estudos e investigações forenses e aos direitos humanos. (<http://lattes.cnpq.br/8756202443417713>)

² Mestranda em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP. Especialista em Antropologia Forense e Direitos Humanos pela Unifesp. Bacharel em Ciências Sociais pela USP. Realizou Estágio Supervisionado e Iniciação Científica em Bioarqueologia no MAE/USP. Trabalhou como consultora em uma interface de bioarqueologia e direitos humanos, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no Grupo de Trabalho Perus (GTP). Atualmente trabalha como antropóloga ao CAAF-Unifesp. (<http://lattes.cnpq.br/5548909826776765>)

³ Bacharel em Gestão da Informação e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem interesse principal, mas não exclusivamente, nas áreas de Análise e Interpretação de Dados, Disseminação da Informação, Fluxos Informacionais, Monitoramento e Análise de Mídias Sociais, Memória, Comportamento Informacional e Cibercultura. Atualmente trabalha no CAAF-Unifesp. Endereço para acessar o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3638035595566288>.

⁴ Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela USP. Tem experiência nas áreas de Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia, atuando em acervos bibliográficos, históricos e fotográficos, com foco em serviços de referência e gestão. Atualmente é servidora pública, Técnica em Arquivo, na Unifesp, e desenvolve junto à Coordenadoria da Rede de Bibliotecas atividades de apoio voltadas à implementação de estruturas técnicas e documentais para a abertura de dados da universidade. (<http://lattes.cnpq.br/8476614948838271>)

campo da História. Para tanto, põe-se em perspectiva o percurso das centenas de esqueletos retirados da Vala de Perus desde sua abertura até os dias atuais, considerando as instituições governamentais, acadêmicas e jurídicas que influenciaram esses caminhos, impuseram percalços, perpetraram violações e garantiram conquistas individuais e coletivas. Por fim, propõe-se uma reflexão sobre a possibilidade de atuação da universidade em outros contextos de violência de Estado.

Palavras-chave: Vala de Perus; Universidade pública; Negacionismo.

THE PERUS MASS GRAVE AND PUBLIC UNIVERSITIES IN THE ROUTE TO MEMORY, TRUTH AND JUSTICE (1990-2019)

Abstract: This article analyzes the participation of public universities in the route of exhumed human remains, in 1990, from the clandestine mass grave in the Dom Bosco Cemetery, in Perus, a district in the Municipality of São Paulo, Brazil. The objective is thinking through the potential and significance of research carried out in these institutions to provide technical, technological, and scientific advice in cases of human rights violations, generally, and in the case of the Perus Mass Grave, particularly. Also, we seek to grasp the relationship of the university as a producer of elements that may join in collective and national memory, in a scenario of narrative disputes about the past, of clashes between memories and historiography making, and of narrative and conceptual revisionism, in addition to historical negationism in the field of History. To do this, the route of hundreds of skeletons removed from the Perus Mass Grave since its opening to the present day is put into perspective, considering the governmental, academic, and legal institutions that influenced these pathways, brought mishaps, perpetrated violations, and ensured individual and collective achievements. Finally, a reflection is proposed on the possibility of the university acting in other contexts of State violence.

Keyword: Perus Mass Grave; Public university; Historical negationism.

LA FOSA COMÚN DE PERUS Y LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS EN LA TRAYECTORIA HACIA LA MEMORIA, LA VERDAD Y LA JUSTICIA (1990-2019)

Resumen: Este artículo analiza la participación de universidades públicas en la trayectoria de los restos humanos exhumados, en 1990, de la fosa común clandestina en el Cementerio Dom Bosco, en Perus, un distrito en el Municipio de São Paulo, Brasil. El objetivo es reflexionar acerca del potencial y la importancia de la investigación llevada a cabo en estas instituciones para el asesoramiento técnico, tecnológico y científico en casos de violaciones de derechos humanos, en general, y en el caso de la Fosa Común de Perus, en particular. Además, se busca entender la relación de la universidad como productora de elementos que eventualmente componen la memoria colectiva y nacional, en un escenario de disputas narrativas acerca del pasado, de enfrentamientos entre memorias y producción historiográfica, y de revisionismo narrativo y conceptual, además del negacionismo en el campo de la

Historia. Para hacer esto, se pone en perspectiva la ruta de cientos de esqueletos retirados de la Fosa Común de Perus desde su apertura hasta el día de hoy, considerando las instituciones gubernamentales, académicas y legales que han influido en estos caminos, han producido percances, han cometido violaciones y han garantizado logros individuales y colectivos. Finalmente, se propone una reflexión acerca de la posibilidad de que la universidad actúe en otros contextos de violencia de Estado.

Palabras clave: Fosa Común de Perus; Universidad pública; Negacionismo.

Introdução

Vala Clandestina de Perus é o nome como ficou conhecida a vala comum criada, estima-se, no ano de 1976, em uma área remota, não ocupada por enterramentos, no Cemitério Dom Bosco, a fim de que lá se ocultassem esqueletos exumados em massa das quadras 1 e 2 desse cemitério. Inaugurado na gestão do prefeito Paulo Maluf, o Cemitério Dom Bosco completava então 5 anos, em meio a uma política que interferiu radicalmente em necrópoles da periferia, como Perus e Vila Formosa⁵. Tais intervenções influenciaram irreversivelmente o destino de familiares das vítimas de desaparecimento forçado daquele período⁶.

Investigações que circundam a temática da ditadura militar brasileira (1964-1985) geraram importantes dados nas últimas décadas. Entretanto, pode-se afirmar que nenhuma delas produziu resultado material tão contundente a respeito das violações ocorridas naquele período quanto as pesquisas sobre a Vala de Perus. Isso porque a abertura dela trouxe à tona esqueletos de centenas de indivíduos ocultados coletivamente, dentro de um cemitério público, mas não foi só isso. Ali também emergiu e materializou-se uma série de denúncias que apontavam o Cemitério Dom Bosco como

⁵ LAJOLO, Tereza. A indigência humana! In: INSTITUTO MACUCO (ed.). *Vala clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira*. São Paulo: Instituto Macuco, 2012, p. 103-105.

⁶ Janaína Teles traçou um panorama da abertura da Vala de Perus a partir de entrevistas e outros documentos em: TELES, Janaína. *A vala clandestina de Perus: entre o passado e o presente*. In *SURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, Brasília, v. 4, p. 300-341, 2018.

destino dos corpos de militantes políticos vítimas de repressão, que eram oficialmente considerados desaparecidos. Esse evento, seguido pela instauração de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Câmara Municipal de São Paulo, entre 1990 e 1991, representou um dos “marcos principais da construção da memória social sobre a violência ditatorial”⁷.

Desde então, os trabalhos de identificação dos remanescentes foram realizados por universidades públicas, ainda que, ao longo desses 29 anos, acordos interinstitucionais tenham feito parte desse processo, envolvendo órgãos policiais e governamentais, além de equipes estrangeiras⁸. O processo de reconhecimento que é tratado aqui implica atribuição de identidade aos esqueletos e demanda a mobilização de um aparato técnico e tecnológico específico para esse fim⁹. O caminho trilhado pela Antropologia Forense exige

⁷ TELES, Janaína. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. 2011. 519 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Cf. TELES, Janaína. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da vala de Perus. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 261-298, 2012. O outro marco foi a publicação do livro: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. Segundo a autora, ambos configuraram momentos emblemáticos de divulgação das denúncias contra a violência estatal do período, calcados em registros documentais jurídicos (no caso dos autos processuais abertos contra perseguidos políticos) ou materiais/indiciários (no caso dos remanescentes humanos revelados com a abertura da Vala de Perus).

⁸ Nos últimos 5 anos, em momentos concomitantes ou distintos: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC) – também denominada Polícia Científica de São Paulo –, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Equipo Peruano de Antropología Forense (EPAF), Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF), Associação Brasileira de Antropologia Forense (ABRAF), Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Desirée de L. Azevedo destacou o aspecto “contencioso” dessas relações interinstitucionais, não só no caso de Perus, mas também a respeito dos mortos e desaparecidos do Araguaia: AZEVEDO, Desirée de L. *A única luta que se perde é aquela que se abandona: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. 2016. [n. d.]. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016 – nota 176.

⁹ No caso da Vala de Perus, existe um universo de busca conformado a partir da demanda de familiares, em sua maioria reunidos em movimentos sociais. Os sujeitos procurados quase sempre coincidem com aqueles considerados vítimas de desaparecimento forçado. Para uma discussão sobre essas atribuições de identidades aos desaparecidos ver: AZEVEDO, Desirée de L. Os nossos mortos e desaparecidos: reflexões sobre a construção da noção de desaparecimento político no Brasil. In: AMADEO, Javier (org.). *Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, Justiça de transição e antropologia forense*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2019a, p. 231-266. AZEVEDO, Desirée de L. Os mortos não pesam todos o mesmo: uma reflexão

a reconstituição da trajetória daqueles sujeitos, cujos remanescentes são analisados. Em outras palavras, a investigação conjunta do *ante mortem* com o *post mortem* procura as imagens da vida impressas nos ossos, desde o nascimento até o momento que cinge a morte.

A depender da equipe que desenvolve o trabalho e dos paradigmas vigentes à época, o método de identificação pode variar bastante. Nesse sentido, também se mostra emblemático o caso de Perus. Ao longo de 3 décadas, 4 universidades e dezenas de profissionais envolvidos, observam-se importantes variações no que concerne ao trato com os remanescentes, bem como aos métodos de identificação. Embora as minúcias do tratamento técnico dispensado aos esqueletos não sejam abordadas neste artigo, pode-se constatar que há um fator determinante na abordagem científica para além dos procedimentos adotados, como afirmou Márcia Hattori¹⁰: “discutir o fazer ciência implica não só em refletir sobre escolhas epistemológicas, mas também sobre posicionamentos políticos e sua contribuição na luta por direitos humanos”.

Em que pese todo o aparato institucional mobilizado em função da abertura da Vala de Perus – que satura de siglas e nomes de autoridades a história aqui narrada –, nada disso é comparável ao esforço monumental dos familiares das vítimas de desaparecimento forçado por parte da repressão ditatorial. Eles foram e permanecem sendo o esteio de todas as intervenções jurídicas, políticas e científicas que ocorreram nas últimas décadas¹¹. Tal

sobre atribuição de identidade política às ossadas da Vala de Perus. *Papeles del CEIC*, Leioa, v. 2019, n. 2, p. 1-20, 2019b. Sobre métodos da pesquisa *ante mortem* realizada pelo GTP e o estabelecimento do universo de busca ver: HATTORI, Márcia; TAUHYL, Ana. Registros documentais e descaminhos de corpos: ossadas de Perus revelam máquina de fazer desaparecer. *Revista do Arquivo*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2016.

¹⁰ HATTORI, Márcia. Enquadramentos de uma antropologia forense brasileira na busca de desaparecidos políticos. In: AMADEO, Javier (org.). *Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, Justiça de transição e antropologia forense*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2019, p. 497-520.

¹¹ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. Ação Civil Pública: Caso Ossadas de Perus (2009.61.00.025169-4). 2009. Disponível em: http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/Caso_Ossadas_de_Perus.pdf. Acesso em: 19 set.

constatação confere responsabilidade e nobreza adicionais aos trabalhos de identificação realizados pelas universidades públicas, que têm no caso de Perus a oportunidade de desenvolver sua vocação e finalidade de difusão das conquistas resultantes da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição¹², além de servirem como alternativa às perícias realizadas em instituições policiais, como os institutos médicos legais (IML)¹³.

O envolvimento das universidades nesse percurso teve início já em 1990, no mesmo ano da abertura da Vala de Perus. À época, escolheu-se o extinto Departamento de Medicina Legal (DML), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordenado por Fortunato Badan Palhares. No caso de Perus, a escolha de uma instituição universitária também perpassou uma relação com um IML. Dessa vez, deveu-se ao fato dessa instituição apresentar envolvimento na produção de laudos falsos, corroborando e acobertando a tortura e execução de opositores políticos durante a ditadura militar¹⁴. Dado

2019. Cf. TELES, Janaína. Os testemunhos e as lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE LA MEMÓRIA, 3., 2010, Buenos Aires. *Anales* [...]. Buenos Aires: [s. n.], 2010; *DOSSIE* dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Pernambuco: Companhia Editora de Pernambuco; São Paulo: Governo do Estado de SP: 1995/1996. Cf. AZEVEDO, Desirée de L. *A única luta que se perde é aquela que se abandona: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Orientadora: Bela Feldman. 2016. [n. d.]. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Cf. TELES, Maria Amélia de A. Familiares de desaparecidos políticos em busca por justiça: uma luta sem trêguas! In: AMADEO, Javier (org.). *Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, Justiça de transição e antropologia forense*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2019, p. 313-326.

¹² BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

¹³ Marcos Napolitano destacou as universidades entre os "atores individuais e coletivos envolvidos na construção da memória, com efetiva capacidade de legitimar seus argumentos no debate público": NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, 2015, p. 15-16. O autor observa o papel relevante, mas não exclusivo, de historiadores ou intelectuais que trabalham no meio acadêmico e/ou editorial e que forjam análises sofisticadas cujas sínteses, não raro, são incorporadas pela mídia e pela cultura predominante no sistema político. Ao longo deste artigo, buscamos salientar a relevância das áreas forenses como produtoras não só de evidências, mas também de discursos que podem ser assimilados e reproduzidos em outras esferas.

¹⁴ O aparelhamento dos IML pela ditadura militar é amplamente reconhecido na historiografia. Citamos, entre outros: NADAI, Larissa. *Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios: o Instituto Médico Legal e suas tramas*. 2018. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. TELES, Janaína. A vala

esse histórico, os familiares se opuseram firmemente à destinação dos esqueletos para o IML. Palhares, entretanto, era ele mesmo um funcionário do IML de Campinas, fato que acabou por conciliar a tensão entre o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de São Paulo¹⁵. Em novembro de 1990, um acordo entre Prefeitura de São Paulo, Unicamp e Governo de São Paulo viabilizou a transferência dos remanescentes para a Unicamp e o início dos trabalhos de identificação¹⁶.

Os remanescentes exumados da Vala de Perus permaneceram na Unicamp entre 1990 e 1998. Nos 2 primeiros anos, a identificação dos restos mortais de 2 militantes políticos¹⁷, dados oficialmente como desaparecidos desde 1971, reforçou a confiança depositada no DML para conduzir as identificações. Após o encerramento dos trabalhos na Unicamp, os remanescentes ósseos ficaram armazenados no Cemitério do Araçá, enquanto perícias eram realizadas paralelamente em parceria entre o IML de São Paulo e a Universidade de São Paulo (USP) – por meio do Instituto Oscar Freire, da Faculdade de Medicina (FMUSP) –, sob a coordenação do professor Daniel Muñoz. Nesse período, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) contratou um laboratório particular para a

clandestina de Perus: entre o passado e o presente. *InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, Brasília, v. 4, p. 300-341, 2018. SCHNOOR, Eduardo; ANTÃO, Ana; FERREIRA, Fernanda. Je ne regret rien. A metodologia dos desaparecimentos forçados. In: AMADEO, Javier (org.). *Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, Justiça de transição e antropologia forense*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2019, p. 267-288.

¹⁵ NADAI, Larissa. *Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios: o Instituto Médico Legal e suas tramas*. 2018. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018, p. 185-188.

¹⁶ “[...] assinado em 22 de novembro de 1990 [...] sendo signatários, respectivamente, o então governador Orestes Quéricia, a prefeita Luiza Erundina e o reitor Carlos Vogt”: PALHARES, Fortunato Badan. A história que poucos conhecem. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ano 15, n. 160, p. 13-14, 2001.

¹⁷ Justificamos o uso do termo “restos mortais” a partir dos argumentos de: HATTORI, Márcia. Enquadramentos de uma antropologia forense brasileira na busca de desaparecidos políticos. In: AMADEO, Javier (org.). *Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, Justiça de transição e antropologia forense*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2019, p. 497-520. ALMEIDA, Criméia A. S. de. Humanizar as ciências forenses. 9 out. 2019. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/5nh8h9DzVFRDL0beQtJOZV?si=pBmLA4_5S4q5qE9R9LpnT. Acesso em: 17 out. 2019.

realização de exames genéticos que confirmaram, em 2005, a identificação de mais 2 desaparecidos. Por outro lado, o reconhecimento dos restos mortais de outros 3 militantes desaparecidos consolidou a visão do Cemitério Dom Bosco como instituição cúmplice do esquema de ocultação dos corpos de vítimas da ditadura, o ponto final da “máquina de desaparecer”¹⁸.

Ao longo dos anos, processos civis foram instaurados, como a Ação Civil Pública, dessa vez movida pela Procuradoria Geral da República, em 2009, que manifestava a acusação de familiares de vítimas de desaparecimento forçado a todas as instituições envolvidas até então¹⁹. Essa Ação Civil Pública também pleiteava a responsabilização das partes e um pedido de desculpas das instituições e dos profissionais envolvidos, no qual assumiriam o descaso e a má conduta em relação ao processo de identificação.

Um longo caminho foi percorrido até que, em 2014, firmou-se um convênio entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), a Prefeitura Municipal de São Paulo e um novo agente, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). As 3 instituições assumiram, então, o papel de desenvolver o Grupo de Trabalho Perus (GTP), que funciona até hoje. Este artigo reflete sobre os papéis institucional e social das universidades nos processos de identificação, a partir do caso da Vala de Perus e sua trajetória por instituições dessa natureza, bem como sobre o legado dessas pesquisas para a academia e a sociedade como um todo.

¹⁸ Cf. HATTORI, Márcia; TAUHYL, Ana. Registros documentais e descaminhos de corpos: ossadas de Perus revelam máquina de fazer desaparecer. *Revista do Arquivo*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2016. Outras vítimas da repressão foram sepultadas nesse mesmo cemitério: Joaquim Seixas (Bragança-PA, 1922) e Luiz Eurico Tejera Lisboa (Porto União-SC, 1948) – este sepultado sob um nome falso: TELES, Janaína. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. Orientadora: Zilda Marcia Gricoli Iokoí. 2011. 519 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2014a.

¹⁹ Cf. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. Ação Civil Pública: Caso Ossadas de Perus. 2009. Disponível em: http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/Caso_Ossadas_de_Perus.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

Processos de busca por desaparecidos na América Latina

Os trabalhos de identificação de pessoas desaparecidas estão atrelados a um caminho de busca da justiça que tem a aplicação da Antropologia Forense como uma de suas vertentes. Onde ela se institucionaliza, é entendida como um ramo da Antropologia Biológica e é aplicada, principalmente, em remanescentes esqueletizados que se associam à solução de crimes²⁰. Seus resultados têm sido utilizados para fundamentar e fortalecer denúncias, muitas vezes diante de comissões internacionais de direitos humanos²¹. Desse modo, a Antropologia Forense aparece não apenas como instrumento de identificação, mas como meio de contestar a História oficial, coletar dados e expor métodos de desaparecimento e técnicas de tortura, assassinato e ocultamento.

A Antropologia Forense, da forma como se consolidou na América Latina, apresenta 4 interfaces: a) etapa preliminar, ou *ante mortem*, que consiste em levantamento de documentação, dados de familiares, entrevistas, plantas, mapas e fotos aéreas; b) etapa de escavação, com prospecção das áreas de maior probabilidade, escavação controlada e recuperação de remanescentes humanos; c) etapa de análise bioantropológica, com estimativa de perfil biológico e identificação de marcadores individualizantes, entre outros; e d) etapa de coleta e análise de DNA. Essas 4 etapas são indissociáveis e indispensáveis²².

Após o fim das ditaduras militares na América Latina, alguns países iniciaram trabalhos de investigação, responsabilização e reparação das

²⁰ Cf. LESSA, Andrea. Violência e impunidade em pauta: problemas e perspectivas sob a ótica da antropologia forense no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 1855-1863, 2009.

²¹ O GTP e o Projeto de Pesquisa Crimes de Maio constituem exemplos de ações práticas realizadas dentro de uma universidade pública, a Unifesp, para solução de crimes de desaparecimento e de violência estatal.

²² SALADO, M.; FONDEBRIDER, L. El desarrollo de la antropología forense en la Argentina. *Cuadernos de Medicina Forense*, Málaga, v. 14, n. 53-54, p. 213-221, 2008.

violações de direitos humanos²³. Para seguir com esses trabalhos fora do escopo do governo, ainda sob suspeita, criaram-se organizações na esfera civil, que atrelaram aos seus nomes os termos *memória*, *verdade* e *justiça*, enquanto outras associaram seu nome diretamente à luta pelos direitos humanos²⁴.

Surgiu na Argentina, em 1984, uma das primeiras organizações voltadas exclusivamente a aplicações da Antropologia Forense. Essa organização não governamental (ONG) se consolidou com o nome Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF) e foi criada com apoio do antropólogo estadunidense Clyde Snow, como consequência da ditadura argentina, que durou de 1976 a 1983, com números entre 10 e 30 mil pessoas presas e desaparecidas. Algumas estratégias aplicadas pelo Estado envolviam o desaparecimento do corpo, com inumações em locais de difícil acesso ou corpos jogados ao mar. Quando não havia desaparecimento do corpo físico, desaparecia-se com a identidade da pessoa, restando o corpo abandonado sem documentos ou enterrado como desconhecido em algum cemitério. A EAAF contribuiu com a formação de outras equipes no continente, em países que passaram por contextos parecidos, tornando-se uma importante referência no assunto. O trabalho se notabilizou pela aproximação dos familiares, destacando a importância do levantamento preliminar e reforçando a necessidade de um aparato menos medicalizado e mais humanizado nos programas de busca por desaparecidos²⁵.

Na Guatemala, a ditadura militar esteve fortemente relacionada à ditadura argentina. Rostica mostrou que houve, inclusive, transferência de

²³ FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A.; REIS, J. A. (org.). *Arqueologia da repressão e da resistência. América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. São Paulo: Annablume, 2008.

²⁴ Por exemplo, a Asociación de Familiares de Detenidos Desaparecidos y Víctimas de Violaciones a los Derechos Humanos en México (AFADEM).

²⁵ SALADO, M.; FONDEBRIDER, L. El desarrollo de la antropología forense en la Argentina. *Cuadernos de Medicina Forense*, Málaga, v. 14, n. 53-54, p. 213-221, 2008, *passim*.

conhecimentos por meio de canais clandestinos²⁶, mas também públicos e diplomáticos, entre os dois países. Morreram mais de 200 mil pessoas na Guatemala, na maioria dos casos em decorrência de massacres e ações sistemáticas em zonas rurais, enquanto nas zonas urbanas ainda se mantinha a fachada dos acordos estabelecidos com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). No processo de investigação dos crimes cometidos durante a ditadura, a Guatemala seguiu o caminho da criação de equipes e contou com o apoio da EAAF. Lá, estruturou-se uma ONG que se sustenta à base de doações e trabalhos internacionais. Há 21 anos, a Fundação de Antropologia Forense da Guatemala (FAFG) associa os trabalhos e dados *ante mortem* junto à coleta de material genético das famílias, tendo coletado mais de 15 mil amostras de referência, recuperado mais de 8 mil corpos e identificado mais de 3 mil pessoas²⁷.

No Uruguai, em 2005, foi criada uma equipe de arqueologia forense vinculada à Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidad de la República (Udelar), a partir de um convênio com a Presidência da República, para cumprimento da chamada *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado* (Ley No. 15.848, de 22 de dezembro de 1986). Essa lei assume os delitos cometidos por funcionários militares e policiais que, durante a ditadura, deram-se por cumprimento de suas funções e, por sua vez, expiram. Contudo, o artigo 4 da referida lei estabelece que o Poder Executivo tem por obrigação organizar investigações para o esclarecimento de prisões e desaparecimentos de menores de idade nas operações de agentes do Estado, abrindo uma brecha legal para que os trabalhos ocorram. O Grupo de Investigación en Arqueología Forense (GIAF),

²⁶ ROSTICA, Julieta Carla. La Confederación Anticomunista Latinoamericana. Las conexiones civiles y militares entre Guatemala y Argentina (1972-1980). *Desafíos*, Bogotá, v. 30, n. 1, p. 309-347, 2018.

²⁷ FUNDACIÓN DE ANTROPOLOGÍA FORENSE DE GUATEMALA – FAFG. Disponível em: <https://fafg.org/>. Acesso em: 30 dez. 2018.

formado a partir do convênio, esteve vinculado à Udelar²⁸ e à Secretaría de Derechos Humanos para el Pasado Reciente (SDHPR)²⁹ e atualmente está vinculado apenas à SDHPR. Associada ao Grupo de Trabajo por Verdad y Justicia (GTVJ), a SDHPR concede informações, sem custos, sobre as vítimas de violência de Estado entre 1968 e 1985. Seu escopo de trabalho é de cunho arqueológico e antropológico, envolvendo localização e exumação de remanescentes humanos, com trabalhos realizados em batalhões e outros prédios do Exército, centros clandestinos de detenção, cemitérios rurais, realização de perícia antropológica, assim como consultorias para lugares de memória e formação de profissionais junto à Faculdade de Medicina³⁰.

No Brasil, apenas recentemente houve sistematização de dados sobre as buscas e tentativas de identificação. Como destacou Hattori, “não há um lugar específico para realização de tal atividade, como nos outros países”³¹. Observam-se ações de familiares, acordos pontuais com universidades e consultorias de equipes internacionais. Embora as atividades acabem pautadas por parcerias raramente institucionalizadas, durante boa parte dos trabalhos, destaca-se o protagonismo da CEMDP até recentemente.

Universidades públicas e os remanescentes da Vala de Perus

Universidade Estadual de Campinas

²⁸ UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA – UDELAR. Disponível em: <http://www.universidad.edu.uy/>. Acesso em: 30 dez. 2018.

²⁹ SECRETARÍA DE DERECHOS HUMANOS PARA EL PASADO RECIENTE – SDHPR. Disponível em: <http://sdh.gub.uy/inicio/institucional/equipos/equipo-de-antropologos/presentacion-del-equipo-y-objetivos>. Acesso em: 30 dez. 2018.

³⁰ GRUPO DE INVESTIGACIÓN EN ARQUEOLOGÍA FORENSE – GIAF. *Informe final 2005-2006*. Investigaciones arqueológicas sobre detenidos-desaparecidos en la dictadura cívico-militar. Montevideo: Universidad de la República, 2006. GRUPO DE INVESTIGACIÓN EN ARQUEOLOGÍA FORENSE – GIAF. *Informe de actividades año 2013-2014*. Investigaciones antropológicas sobre detenidos desaparecidos en la última dictadura cívico-militar. Montevideo: Universidad de la República, 2015.

³¹ HATTORI, Márcia. Enquadramentos de uma antropologia forense brasileira na busca de desaparecidos políticos. In: AMADEO, Javier (org.). *Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, Justiça de transição e antropologia forense*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2019, p. 497-520

Após a abertura da Vala de Perus, a prefeita Luiza Erundina instituiu ações junto à Câmara Municipal de São Paulo, de modo a investigar o caso³², e junto à Comissão de Familiares de Desaparecidos Políticos, ao Governo de São Paulo e a entidades ligadas aos direitos humanos, para que os remanescentes humanos fossem direcionados a um local/instituição adequado. Como a *expertise* de análises forenses à época, no Brasil, concentrava-se nos IML e na Polícia Federal (PF) e diante da recusa de familiares a entregar os restos mortais de seus parentes ao IML, os trabalhos de identificação foram direcionados ao Departamento de Medicina Legal da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp³³.

A Unicamp, todavia, não poderia receber o conjunto dos esqueletos, por não ser uma instituição oficial para a realização de perícia. A alternativa encontrada foi transferir o material para o IML de Campinas, sob a responsabilidade do médico Fortunato Badan Palhares, que na ocasião também era professor na universidade. Um acordo realizado nos bastidores políticos da negociação fez com que o então Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Cláudio Mariz de Oliveira, convidasse-o para ser o

³² A CPI de Perus foi aprovada em outubro de 1990, para apurar a origem e responsabilidade sobre o caso da Vala de Perus.

³³ Já na época, ações dessa natureza estavam previstas na Constituição Federal. O art. 207, *caput*, destaca que as universidades devem obedecer ao “princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”: BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Compreendendo-se por ações de extensão, aquelas que realizam junto à sociedade, de forma mais ampla. São também uma forma de exercer sua responsabilidade social, tendo em vista o investimento público que recebem. Seguindo este parâmetro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 43, VI e VII), contemporânea ao final dos trabalhos na Unicamp, prevê a prestação de serviços especializados à comunidade e estabelecimento de uma relação de reciprocidade, promovendo a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição: BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

coordenador dos trabalhos de investigação e identificação das ossadas³⁴. Assim, o DML passou a conduzir os trabalhos sob a coordenação do então médico do IML de Campinas, que deixou o instituto para se dedicar às perícias das ossadas de Perus junto ao DML da Unicamp.

As análises nessa etapa foram viabilizadas financeiramente pelo acordo de cooperação entre Estado de São Paulo, Prefeitura de São Paulo e Unicamp. Contudo, a Ação Civil Pública apurou o investimento de Cr\$ 3 milhões, o que segundo, Fortunato Badan Palhares não correspondia a todo o dinheiro prometido na época. Em um artigo de jornal, como direito de resposta, o médico justificou que não tinha prática de prestação de contas nem de elaboração de projetos acadêmicos, o que poderia justificar a falta de transparência e produção de relatórios, além da falta de busca por outras vias de financiamento³⁵.

Devido à falta de acesso à sistematização e metodologia de registro, existem pontos ainda não elucidados a respeito das atividades desenvolvidas durante a permanência dos remanescentes na Unicamp. O fato de não haver documentação adequada sobre o processo de abertura da Vala de Perus e sobre as análises faz com que, hoje, não se saiba, para além dos relatos: a) como foi realizada a seleção de indivíduos que, exumados da vala, iriam para o DML³⁶; b) qual era a proximidade e relação entre os sacos dentro da vala, tendo em vista futuros processos de reassociação de ossos misturados; c) quais

³⁴ PALHARES, Fortunato Badan. A história que poucos conhecem. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ano 15, n. 160, p. 13-14, 2001.

³⁵ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. Ação Civil Pública: Caso Ossadas de Perus. 2009. Disponível em: http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/Caso_Ossadas_de_Perus.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

³⁶ Existem relatos de que, durante o processo de abertura da vala, os indivíduos infantis teriam sido separados e armazenados em um ossário. Contudo, não há registro de informações quantitativas ou qualitativas sobre esses indivíduos, dificultando o esclarecimento dos critérios adotados nessa divisão: REDE GLOBO DE TELEVISÃO. Globo Repórter: Vala Clandestina de Perus. 1995. 1 vídeo (49 min). Publicado pelo canal Comissão Estadual da Verdade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yKBc7S4tSfU>. Acesso em: 20 out. 2019.

produtos foram utilizados na limpeza; e d) se os mesmos métodos foram aplicados a todos os casos, entre outras lacunas³⁷.

O conjunto básico de fichas entregue pela Unicamp varia de acordo com o grupo em que o esqueleto era classificado³⁸ e pode incluir: a) 1 ficha de entrada de dados; b) 3 fichas de identificação antropométrica; c) 1 ficha de fraturas, que poderia ser incluída em casos específicos; além disso, d) 1 ficha de odontograma poderia fazer parte do conjunto de fichas; e havia, ainda, e) 1 ficha simplificada, que consistia em uma única folha. Deve-se observar que quando esta última ficha está presente, raramente o conjunto de fichas descrito aparece, e vice-versa³⁹.

Gravações demonstram que havia uma sistematização dos dados em computador para seleção daqueles compatíveis e, a partir desse cruzamento, casos eram selecionados para análises de tipagem sanguínea e foto sobreposição⁴⁰. Os casos só eram selecionados para análise genética caso se considerasse que os outros métodos tinham sido inconclusivos. Neste ponto, cabe destacar que os exames escolhidos não são excludentes nem identificatórios em um universo aberto como o caso de Perus, fragilizando o processo. Até hoje, o tamanho da equipe não é preciso, mas se sabe que havia legistas, odontologistas e estudantes (sendo contratados 3 médicos, 2 legistas e 1 ortopedista). Segundo Zappa, assistente técnico da comissão de perícias, os odontologistas saíram do projeto logo após as 2 primeiras identificações, devido a problemas políticos⁴¹.

³⁷ HATTORI, Márcia. Documentação da Unicamp. In: HATTORI, Márcia (org.). *Relatório de investigação preliminar e ante mortem*. Campinas, SP: Unicamp, 2017. t. 2.

³⁸ A equipe responsável pela análise na Unicamp propôs uma divisão em 4 grupos, que se referem ao nível de integridade do crânio.

³⁹ HATTORI, Márcia. Documentação da Unicamp. In: HATTORI, Márcia (org.). *Relatório de investigação preliminar e ante mortem*. Campinas, SP: Unicamp, 2017. t. 2. *passim*.

⁴⁰ ALVES FILHO, Manuel; MIRANDA, Adriana. O Projeto Perus, passo a passo. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ano 15, n. 160, p. 2-5, 2001.

⁴¹ ALVES FILHO, Manuel; MIRANDA, Adriana. O Projeto Perus, passo a passo. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ano 15, n. 160, p. 2-5, 2001.

Durante os trabalhos na Unicamp, 2 indivíduos da Vala de Perus foram identificados: a) Frederico Eduardo Mayr (estudante de Arquitetura, nascido em Timbó- SC, em 1948); e b) Dênis Casemiro (trabalhador rural, natural de Votuporanga-SP, nascido em 1942). E 3 indivíduos de sepulturas individuais também o foram: a) Sônia Moraes Angel Jones (estudante e professora, nascida em Santiago do Boqueirão-RS, em 1946); b) Antônio Carlos Bicalho Lana (nascido em Ouro Preto-MG, em 1948); e c) Helber José Gomes Goulart (construtor, nascido em Mariana-MG, em 1944)⁴². Em 1996, foram identificados os remanescentes de Maria Lúcia Petit da Silva (professora, nascida em Agudos-SP, em 1950), exumados de um cemitério de Xambioá-TO. Em 1992, a equipe da Unicamp também reconheceu os remanescentes de Emanuel Bezerra dos Santos (estudante de Sociologia, nascido em São Bento do Norte-RN, em 1943), exumado do Cemitério do Campo Grande, em São Paulo-SP⁴³.

Em 1999, houve uma denúncia, que acusava a Unicamp de descaso com os esqueletos exumados de Perus (Inquérito civil 06/99)⁴⁴. Nessa denúncia constavam fotos em que os ossos apareciam em amontoados sob carteiras escolares, em uma sala sujeita a inundação, enlameada e com crânios separados e sem qualquer identificação. Esse episódio trouxe a primeira interrupção nas identificações desde a abertura da Vala de Perus.

Universidade Federal de Minas Gerais

Ainda assim, no mesmo ano, um convênio foi firmado entre a Unicamp, por meio do DML, e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),

⁴² SOUZA, Luiza. A Vala de Perus. In: INSTITUTO MACUCO (ed.). *Vala clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira*. São Paulo: Instituto Macuco, 2012, p. 21-22.

⁴³ ALVES FILHO, Manuel; MIRANDA, Adriana. O Projeto Perus, passo a passo. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ano 15, n. 160, p. 2-5, 2001.

⁴⁴ TELES, Maria Amélia; LISBOA, Suzana. A vala de Perus: um marco histórico na busca da verdade e da justiça! In: INSTITUTO MACUCO (ed.). *Vala clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira*. São Paulo: Instituto Macuco, 2012, p. 51-102.

representada pelo Instituto de Ciências Biológicas (ICB). A investigação que instruiu a Ação Civil Pública de 2009 constatou que foram enviadas amostras ósseas referentes a 9 indivíduos exumados de Perus, além de material genético de familiares⁴⁵. Essa Ação Civil Pública menciona, inclusive, o aporte financeiro de R\$ 50 mil, que não foi comprovado por essa investigação. Todavia, tais amostras ósseas e sanguíneas jamais puderam ser utilizadas. Atuando com desmazelo análogo ao demonstrado pelos profissionais da Unicamp, o ICB devolveu frascos congelados e quebrados, inviabilizando definitivamente o uso do material para exames genéticos.

A essa altura, os trabalhos na Unicamp já haviam sido interrompidos. Porém, foi apenas após a abertura de um segundo inquérito civil na Procuradoria da República de São Paulo, em 1999, junto com denúncias de familiares, que, em 2001, os remanescentes foram transferidos de volta para São Paulo. Assim, a UFMG também entrou no rol de instituições acusadas pela Ação Civil Pública⁴⁶.

Universidade de São Paulo

As denúncias do descaso com os remanescentes humanos deram origem ao Inquérito Civil n. 06/1999, partir do qual a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) ordenou que os remanescentes saíssem da responsabilidade da Unicamp e que o prosseguimento dos trabalhos fosse garantido junto à USP e ao IML de São Paulo, sob a coordenação de Daniel Muñoz. Em 2001, os sacos que acondicionavam os esqueletos passaram a ser armazenados em caixas e foram encaminhados ao columbário do Cemitério do Araçá, no Município de São Paulo. Do total, foram

⁴⁵ Cf. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. Ação Civil Pública: Caso Ossadas de Perus. 2009. Disponível em: http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/Caso_Ossadas_de_Perus.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

⁴⁶ Cf. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. Ação Civil Pública: Caso Ossadas de Perus. 2009. Disponível em: http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/Caso_Ossadas_de_Perus.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

separadas 7 caixas, suspeitas de corresponder a 3 desaparecidos políticos, que foram encaminhadas diretamente ao IML de São Paulo para análises da equipe destacada. Faziam parte dessa equipe o coordenador das buscas, Prof. Daniel Muñoz, o médico-legista Mario Jorge Tisuchiya e outros 3 odontólogos que colaboravam 1 vez por semana. Embora a USP seja citada como ré na Ação Civil Pública, ela não teve envolvimento formal, pois, apesar do Prof. Daniel Muñoz ter sido docente nessa instituição universitária, sua participação no processo se formalizou como dirigente do IML de São Paulo⁴⁷.

As análises realizadas pelo grupo se basearam na catalogação dos dados a partir dos vídeos e das fichas provenientes da Unicamp, sem inventário ou conferência da localização das caixas dentro do columbário. Em 2002, o Ministério Público Federal (MPF) constatou irregularidades nas ações do Prof. Daniel Muñoz, com a acusação de que ele estaria privilegiando o uso do material esquelético para pesquisas individuais dentro da universidade, sem atender às exigências mínimas desses tipos de processo⁴⁸, como cadeias de custódia, termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE) assinados pelos familiares, além da falta de transparência e prestação de contas ao Ministério Público (MP), à sociedade civil e aos familiares.

Com 7 caixas separadas no IML de São Paulo para análises antropológicas e nenhuma resposta, em 2005 e 2006 foi firmada uma parceria entre a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, o MP e o Genomic, um laboratório particular, que possibilitou a identificação de outros

⁴⁷Cf. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. Ação Civil Pública: Caso Ossadas de Perus. 2009. Disponível em: http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/Caso_Ossadas_de_Perus.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

⁴⁸ Para protocolos de boas práticas ver: OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS – OHCHR. *The Minnesota Protocol on the Investigation of Potentially Unlawful Death*. The revised United Nations manual on the effective prevention and investigation of extra-legal, arbitrary and summary executions. Geneva: OHCHR, 2016. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA – CICR. *Guía de buenas prácticas para el uso de la genética forense e investigaciones sobre derechos humanos y derecho internacional humanitario*. Buenos Aires: CICR, 2015.

desaparecidos políticos. Com as identificações de Flávio Molina (estudante de Química, nascido no Rio de Janeiro-RJ, em 1947) e Luiz José da Cunha (estudante universitário, nascido em Recife, em 1943) e Miguel Sabat Nuet (assistente de Engenharia, nascido em Barcelona [Espanha], em 1923), somadas à falta de resposta da equipe responsável, encerrou-se a participação de Daniel Muñoz e de sua equipe no processo de identificação dos desaparecidos da Vala de Perus.

Em 2013, embora os trabalhos junto à(ao) USP/IML de São Paulo já tivessem se encerrado, os remanescentes continuavam no Cemitério do Araçá. Em mais uma tentativa de identificação, a Associação Brasileira de Anistiados Políticos (ABAP), a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e o MPF contrataram a consultoria da EAAF para um diagnóstico em caixas baseado em uma lista de casos suspeitos selecionados pela Unicamp⁴⁹. A EAAF diagnosticou que o material se encontrava em péssimas condições, com fungos e, em sua maioria, não tinha sido limpo nos projetos anteriores e mostrava-se suscetível a infiltração e retenção de umidade. No dia 3 de novembro do mesmo ano, um ato de vandalismo em uma instalação artística dentro do columbário do Cemitério do Araçá trouxe a público a fragilidade da segurança proporcionada aos remanescentes⁵⁰. O relatório produzido pela consultoria argentina, somado ao atentado, tornaram-se fortes impulsionadores para que a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos pudesse argumentar e pressionar publicamente pela retomada dos trabalhos.

⁴⁹ Cf. SOUZA, R. A. et al. A retomada das análises da vala clandestina de Perus. In: SÃO PAULO (Estado). *Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2015, p. 1-79.

⁵⁰ Sobre o atentado ver: DE SOUZA, Paulo D. Vandalismo adia abertura de exposição dedicada a desaparecidos políticos. 3 nov. 2013. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/11/vandalismo-adia-abertura-de-exposicao-dedicada-a-desaparecidos-politicos-8213/>. Acesso em: 8 jul. 2019.

A guarda dos remanescentes da Vala de Perus para análise e identificação de desaparecidos foi transferida para a Unifesp em 2014. Para que se desse continuidade aos trabalhos, essa universidade criou, em setembro de 2014, seu Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), com estrutura física pensada como espaço de acondicionamento e laboratório de análise de remanescentes humanos em casos de violação de direitos humanos⁵¹.

No CAAF, as análises para identificação são realizadas pelo GTP – formalizado em outubro de 2014 – e, por meio dele, em parceria com a Secretaria de Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo (SMDH) e da então SDH/PR, foram contratados os peritos responsáveis pela coleta de informações, análise dos remanescentes, associação, coleta de DNA e identificação dos desaparecidos potencialmente inumados na Vala de Perus. Ademais, a Unifesp passou a integrar o GTP por demanda de movimentos de familiares⁵².

O GTP tem como fonte de recursos financeiros as 3 entidades que fazem parte do acordo de cooperação – a Prefeitura de São Paulo, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH) e a Unifesp –, sendo uma parte de tais recursos aplicada diretamente e outra parte repassada para a Unifesp e depois transferida para o GTP⁵³. Dessa maneira, o trabalho com os remanescentes humanos da Vala de Perus que vem sendo realizado na

⁵¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF-Unifesp). Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/>. Acesso em: 20 out. 2019.

⁵² TELES, Maria Amélia de A. Denúncias e resistências à violência de Estado no Brasil: comemoração dos 5 anos do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. 5 set. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/CAAFUnifesp01/videos/2163938170573632/>. Acesso em: 18 out. 2019.

⁵³ Cf. AMENDOLA, Gilberto. Grupo teme paralisação de análises em Perus. 7 nov. 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/grupo-teme-paralisacao-de-analise-em-perus,10000086791>. Acesso em: 20 out. 2019.

Unifesp depende do aporte técnico, científico e financeiro de várias instituições e, conseqüentemente, de seu interesse em dar continuidade às atividades envolvidas, o que o torna suscetível a políticas e pressões de entes governamentais.

A estrutura administrativa do GTP é formada por 3 comitês: a) Comitê de acompanhamento, constituído pelos familiares dos mortos e desaparecidos políticos possivelmente enterrados na Vala de Perus, Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça e MPF; b) Comitê gestor, composto pela SMDH, pela CEMDP do MDH (antiga SDH/PR) e pela Unifesp; c) Comitê científico, formado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Cidadania (SENASP/MJC), pela Associação Brasileira de Antropologia Forense (ABRAF), pelo departamento da PF, pela Unifesp e pelo grupo de peritos contratados para o GTP pelo MDH⁵⁴.

Em 2018, a Unifesp reforçou sua participação nos trabalhos do caso de Perus por meio do Edital n. 105/2018 de concurso público⁵⁵, a partir do qual foram contratadas para o CAAF 1 antropóloga e 1 historiadora para atuar junto aos peritos do GTP no processo de análise dos remanescentes. Ao longo de todos os processos de identificação pelos quais os remanescentes de Perus passaram, essa foi a primeira instituição a oficializar e planejar espaço físico e vagas permanentes em seu corpo funcional para atuar na temática e possibilitar o acompanhamento das identificações.

⁵⁴ Cf. BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. Portaria n. 620, de 9 de outubro de 2014. Institui, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República SDH-PR, O Grupo de Trabalho Perus com a finalidade de proceder à análise de restos mortais exumados do Cemitério Dom Bosco, especialmente da sua vala clandestina, com vistas à identificação de mortos e desaparecidos políticos, nos termos do disposto na Lei n. 9.140, de 4 de dezembro de 1995. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 14 out. 2014b.

⁵⁵ Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. Concurso Público: Edital n. 105, de 13 de março de 2018. 2018a. Disponível em: <https://concurso2018.unifesp.br/upload/kceditor/files/Documentos/Edital%20do%20Concurso%20105%202018.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

Por sua vez, o trabalho de análise dos remanescentes realizados no GTP tem 3 etapas: a) análise *ante mortem* e pesquisa preliminar; b) análise *post mortem*; e c) análise genética. O projeto foi estruturado nessas 3 linhas de trabalho seguindo o protocolo estabelecido para outros processos na América Latina, de modo que tais etapas ocorrem concomitantemente. A pesquisa *ante mortem* e a pesquisa preliminar foram responsáveis por levantar o histórico de vida dos desaparecidos e de seus familiares, bem como o histórico do cemitério e da vala em questão; a análise *post mortem* foi aplicada igualmente a todos os remanescentes humanos, sem distinção, incluindo etapas de limpeza do material ósseo, inventário detalhado, análise antropológica com estimativa de perfil biológico (sexo, idade e estatura), além do levantamento de características individualizantes, patologias e fraturas *ante mortem* e *post mortem*. A etapa genética conseguiu realizar, a partir de um acordo de cooperação internacional com uma organização intergovernamental sediada na Holanda, a análise de perfil genético de amostras de familiares para cruzamento e de amostras ósseas de potenciais desaparecidos na Vala de Perus. Com exceção da análise do perfil genético, as etapas *ante mortem* e *post mortem* e as coletas de amostras genéticas ocorrem no mesmo espaço físico, com interação entre as equipes, reforçando a abertura para novas informações que surjam sobre o contexto e sobre os desaparecidos⁵⁶.

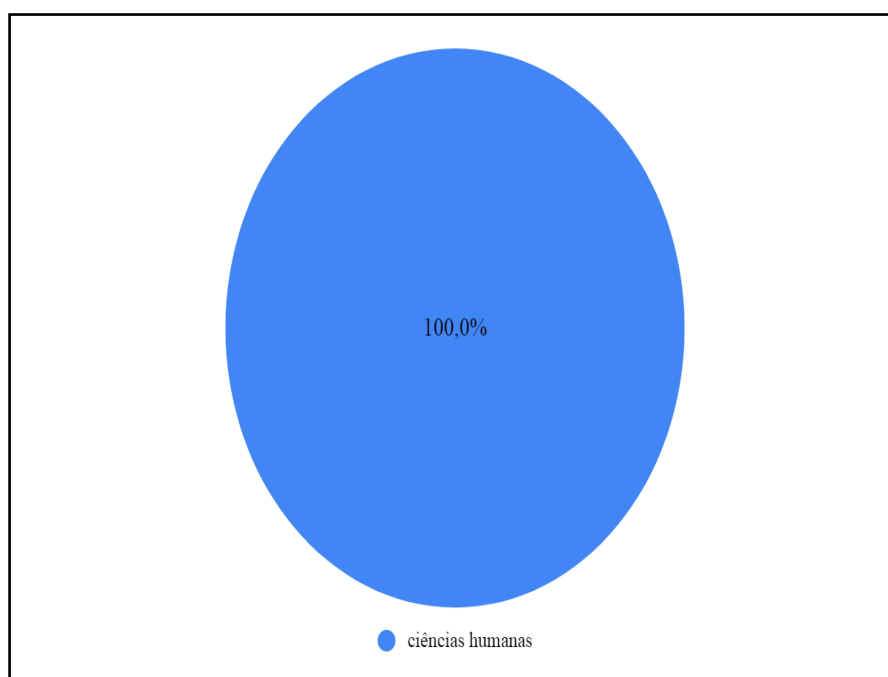
Além de peritos fixos contratados, da antropóloga e historiadora da Unifesp, as atividades contam com o apoio de peritos rotativos, formando uma equipe multidisciplinar (figuras 1 a 3). As equipes de peritos são compostas por profissionais de 4 grandes áreas do conhecimento⁵⁷: a)

⁵⁶ SOUZA, R. A. et al. A retomada das análises da vala clandestina de Perus. In: SÃO PAULO (Estado). *Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2015, p. 1-79.

⁵⁷ Essas áreas do conhecimento foram nomeadas de acordo com a tabela do CNPq: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. Tabela de áreas do conhecimento. Disponível em: www.cnpq.br. Acesso em: 18 out. 2019.

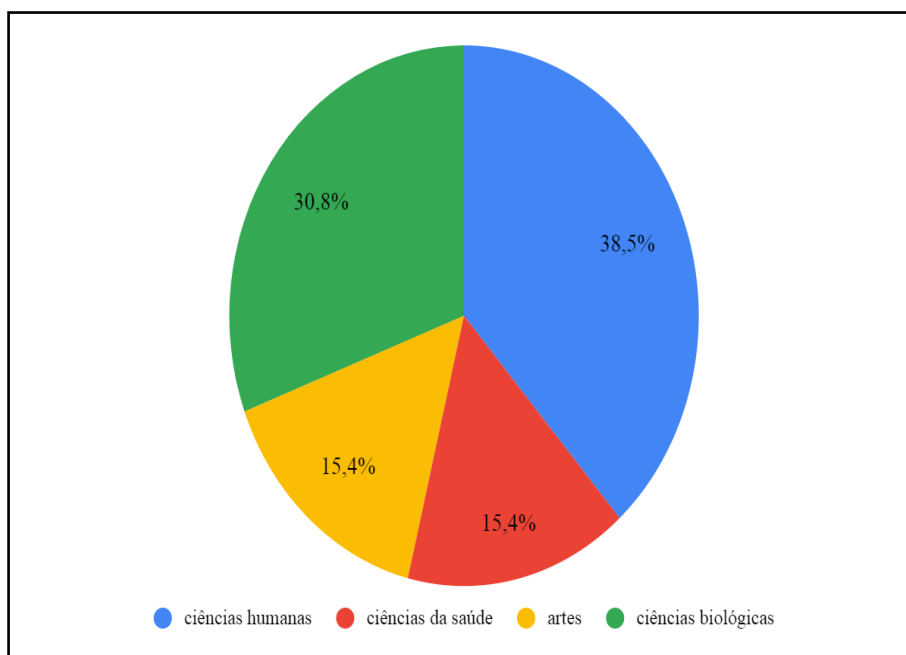
Ciências Humanas; b) Ciências da Saúde; c) Artes; e d) Ciências Biológicas. Dentro dessas áreas: a) os peritos relacionados às Ciências Humanas vêm das disciplinas de Arqueologia, História e Antropologia; b) os relacionados às Ciências da Saúde vêm das disciplinas de Odontologia e Medicina; c) os relacionados às Artes são da disciplina de Fotografia; e d) os relacionados às Ciências Biológicas são da disciplina de Biologia.

Figura 1. Equipe *ante mortem*



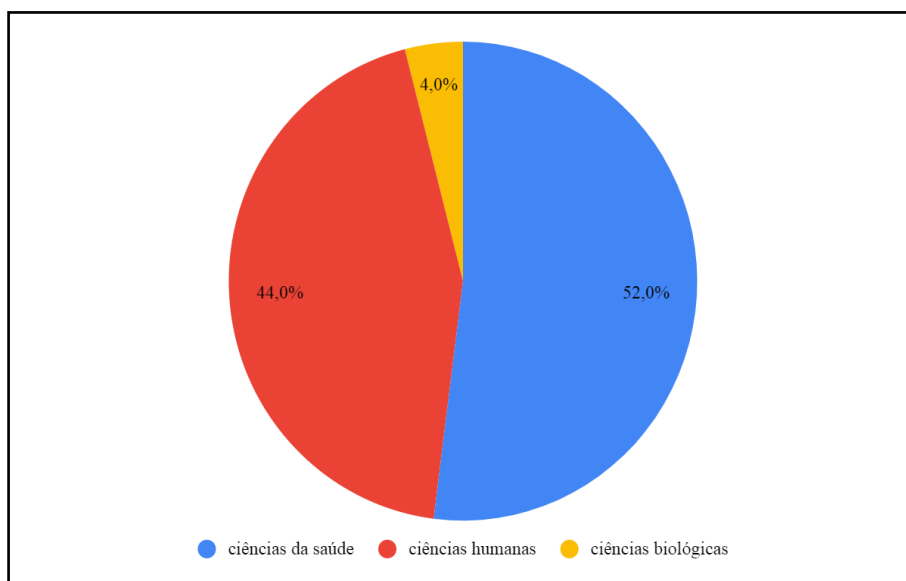
Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 2. Equipe *post mortem*



Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 3. Equipe de peritos rotativos.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Os trabalhos de identificação por meio de uma perspectiva multidisciplinar viabilizam a execução das análises a partir de uma diversidade de metodologias que atuam sobre um mesmo objeto e implicam a

aproximação de disciplinas para a resolução de problemas específicos⁵⁸. Desse modo, as experiências trazidas pelos peritos de diferentes áreas do conhecimento propiciam ao trabalho de identificação uma solidez técnica construída a partir da especificidade de diferentes metodologias aplicadas às etapas *ante mortem* e *post mortem*.

Essa estrutura de trabalho foi pensada e construída a partir de parcerias internacionais com a EAAF, a Equipe Peruana de Antropologia Forense e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). A cooperação internacional resultou na elaboração de protocolos construídos especialmente para o contexto de Perus, com especificidades de misturas ósseas, de casos com alta incidência de fungos e outros danos causados por abandono durante os trabalhos anteriores de identificação.

Os trabalhos realizados no CAAF-Unifesp apresentaram 2 resultados positivos em relação às identificações. O primeiro identificado foi Dimas Casemiro (Votuporanga-SP, 1946), em fevereiro de 2018, e o segundo foi Aluízio Ferreira (São Paulo-SP, 1922), em dezembro de 2018⁵⁹.

Contribuições do Grupo de Trabalho Perus e do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense para a Antropologia Forense

⁵⁸ BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011.

⁵⁹ As identificações de Dimas e de Aluízio foram noticiadas nos seguintes boletins: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. Unifesp entrega restos mortais de desaparecido político à família. 30 ago. 2018b. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/boletins-antecedentes/item/3448-unifesp-entrega-restos-mortais-de-desaparecido-politico-a-familia>. Acesso em: 18 out. 2019. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. Grupo de Trabalho Perus identifica segundo desaparecido político. 3 dez. 2018c. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/boletins-antecedentes/item/3642-grupo-de-trabalho-perus-identifica-segundo-desaparecido-politico>. Acesso em: 18 out. 2019.

Uma questão fundamental que se apresenta é a relação estabelecida com os familiares e a sociedade civil pelo GTP. Com vistas a conduzir os trabalhos de modo transparente e atendendo à reivindicação dos próprios familiares ⁶⁰, reuniões abertas frequentes e contato para coleta de informações, mas, principalmente, para atualização quanto ao andamento do processo e à abertura para tomada de decisão conjunta, proporcionaram a relativa estabilidade do projeto, apesar das mudanças institucionais e dos percalços burocráticos. Além da relação direta com os movimentos de familiares, outro aspecto novo foi a parceria entre instituições que não tinham obrigação sob o acordo de cooperação.

A exemplo dessa colaboração, destacam-se: a) o trabalho em conjunto com o Arquivo do Estado de São Paulo, no levantamento de documentação do período de criação da Vala de Perus⁶¹; b) as audiências públicas em conjunto com o Serviço Funerário e o Serviço de Verificação de Óbito, para debater o desaparecimento burocrático e as consequências até o presente⁶²; c) as ações de divulgação e as visitas com público escolar da rede particular e da rede pública do estado e da prefeitura; e d) reportagens em veículos de grandes, médias e pequenas mídias, entre outras ações. Deste modo, também se assume a busca pela memória, verdade e justiça como um trabalho coletivo e interinstitucional.

Outro diferencial das atividades realizadas durante esse processo foi o acompanhamento psicológico oferecido aos peritos. O atendimento foi proporcionado por uma equipe de terapeutas pesquisadores da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae, em 2015, com vistas a apoiar os peritos

⁶⁰ Cf. TELES, Maria Amélia de A. Familiares de desaparecidos políticos em busca por justiça: uma luta sem tréguas! In: AMADEO, Javier (org.). *Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, Justiça de transição e antropologia forense*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2019, p.131-326

⁶¹ Essa colaboração possibilitou o estudo de HATTORI, Márcia; TAUHYL, Ana. Registros documentais e descaminhos de corpos: ossadas de Perus revelam máquina de fazer desaparecer. *Revista do Arquivo*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2016.

⁶² Cf. LAJOLO, Tereza (coord.). *Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo: relatório*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2016.

a lidar com a carga emocional exigida no contato direto com os familiares e pela densidade da tarefa realizada em contextos violentos, como na área da Antropologia Forense⁶³.

Tratando de humanizar os trabalhos forenses, a aproximação com os familiares e a atenção dispensada à saúde mental dos peritos parecem ser os 2 pontos mais emblemáticos. De acordo com Criméia de Almeida, o processo de humanização das Ciências Forenses é importante, pois se lida com a memória de pessoas que eram mães, pais, irmãos, e filhos e o momento da morte não os transforma em objetos de pesquisa. A reflexão suscitada por Almeida, reafirma que o alcance do trabalho forense vai além dos resultados técnicos e tem um caráter de dignidade para aqueles que foram vítimas da violência do Estado por meio do trabalho realizado pela universidade.⁶⁴

O trabalho, desenvolvido sob perspectiva multidisciplinar e multifocal, produziu um levantamento documental histórico inédito, com participação da sociedade, na figura dos familiares, originando novos documentos periciais e estendendo o direito à identidade para todos os indivíduos do caso de Perus, para além dos desaparecidos políticos buscados inicialmente. Para além das identificações, pôde-se entender o universo de pessoas inumadas na Vala de Perus e, a partir da materialidade, perceber como elas foram igualmente vítimas de descaso e tiveram seus corpos e sua história ocultados.

Ao longo da trajetória dos remanescentes da Vala de Perus, observa-se a importância do papel das universidades na criação dessa relação entre atualidade e passado. As instituições, os pesquisadores e os profissionais que lidaram com esse caso assumiram a responsabilidade de desenterrar as provas de crimes do passado para responsabilizar o Estado na atualidade, pois

⁶³ Cf. OCARIZ, Maria C.; TRINDADE, Paula S.; GONÇALVES, Tereza C. Atendimento psicológico aos peritos do Grupo de Trabalho de Perus. In: OCARIZ, Maria C. (org.). *Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*. Efeitos psíquicos e testemunhos clínicos. São Paulo: Escuta, 2015. p. 115-124.

⁶⁴ ALMEIDA, Criméia A. S. de. *Humanizar as ciências forenses*. 9 out. 2019. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/5nh8h9DzVFRD0beQtJOZV?si=pBmLA4_5S4q5qE9R9LpnT. Acesso em: 17 out. 2019.

é necessário trabalhar a memória de modo que ela sirva a uma perspectiva de libertação, justiça e verdade.

A experiência da Unifesp com o GTP demonstra que, para além de resultados positivos nos processos de identificação, o conhecimento gerado no ambiente universitário pode ser aplicado em novos produtos científicos voltados ao benefício da sociedade. Os conhecimentos e as técnicas resultantes do caso da Vala de Perus foram aplicados na criação de novos projetos relativos aos estudos e às pesquisas nas áreas de Direitos Humanos e Violência de Estado. Em 2015, em paralelo aos trabalhos de identificação dos desaparecidos da Vala de Perus, o CAAF-Unifesp realizou o projeto “Violência de Estado no Brasil: um estudo dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da Antropologia Forense e da Justiça de Transição”, que produziu o relatório *Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006*⁶⁵.

Esse relatório foi desenvolvido em parceria com o movimento social “Mães de Maio” e sob o acompanhamento dos familiares das vítimas dos chamados Crimes de Maio de 2006⁶⁶. Ele apresenta o estudo e análise dos homicídios ocorridos no período de 12 a 20 de maio de 2006 na Baixada Santista, com o intuito de entender a dinâmica da violência praticada pelos agentes do Estado, verificar indícios de execuções sumárias e o perfil das vítimas. Esse projeto confirmou como iniciativas desenvolvidas dentro da universidade, não necessariamente em formato acadêmico clássico, podem ser aplicadas e reproduzidas em outros contextos, ajudando a construir outros espaços de produção material, documental e de memória. O conhecimento gerado dentro da instituição pode associar-se ao conhecimento produzido

⁶⁵ Cf. AMADEO, Javier (coord.). *Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição – relatório final*. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2019b.

⁶⁶ Projeto apresentado em: MÃES DE MAIO. *As mães de maio da democracia brasileira: 5 anos dos crimes de maio de 2006 – verdade e justiça, ontem e hoje!* Disponível em Fundo Brasil: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/maes-de-maio/>. Acesso em: 26 fev. 2020.

pelos movimentos sociais e suscitar novos debates e novos argumentos na busca por justiça⁶⁷.

Também foram criados no CAAF-Unifesp 2 cursos de especialização: a) Antropologia Forense e Direitos Humanos; e b) Direitos Humanos e Lutas Sociais⁶⁸. As disciplinas e os módulos dos cursos têm relação com temáticas que circundam os remanescentes de Perus, tais como Antropologia Forense, Violência de Estado, Justiça de Transição, Movimentos Sociais, entre outras. A carga horária distribuída em módulos possibilita que os alunos tenham contato com os projetos e profissionais que já passaram pelo CAAF-Unifesp e que produzam novos saberes a partir de seus trabalhos de conclusão de curso (TCC).

Os cursos foram propostos para que fosse possível formalizar o conhecimento produzido e capacitar novos profissionais. A universidade, ao garantir espaço, recursos e pessoal para o caso da Vala de Perus, aponta uma perspectiva de uso do conhecimento multidisciplinar científico em prol das demandas da sociedade por justiça e memória. Paralelamente, demonstra seu papel institucional e social no pilar de extensão universitária que faz parte do escopo da universidade pública, cuja ideia principal consiste em uma interação entre universidade e sociedade capaz de desenvolver a relação entre teoria e prática.

Universidade pública enquanto agente de memória

⁶⁷ Em entrevista, Edson Teles afirmou a importância da confluência desses saberes nos estudos forenses: PODCAST 1049. Episódio piloto: Edson Teles. [Entrevista cedida a] João Pedro S. de Albuquerque. 5 set. 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2aAJJ6XHROWLFGQBP81xHd?si=FmUg5DCOSiWWz2MargB NKQ>. Acesso em: 17 out. 2019.

⁶⁸ A apresentação desses cursos se encontra disponível no website do CAAF-Unifesp: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF-Unifesp). Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/>. Acesso em: 20 out. 2019.

A relação das universidades com o caso da Vala de Perus possibilita a reflexão sobre o papel dessas instituições em relação à sociedade na qual estão inseridas e aos processos que envolvem a construção, preservação e a disseminação da memória em tempos de revisionismo e negacionismo histórico⁶⁹. Destaca-se, nesse sentido, o conceito de memória trazido por Le Goff⁷⁰, segundo o qual a memória pode ser entendida como capacidade de armazenar determinadas informações, quer por um indivíduo, quer por um grupo ou uma comunidade. Os variados grupos sociais são agentes moldadores diários de sua própria memória, no sentido de que a interação com sua realidade gera as informações que sedimentam e fornecem elementos para a construção da História.

A Vala de Perus, como instrumento da política de esquecimento da ditadura brasileira, demonstra a fragilidade do "objeto memória" no sentido descrito por Pierre Nora⁷¹, no qual a memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento⁷², vulnerável a todos os usos e manipulações. Nesse caso, embora as universidades não fossem obrigadas a desenvolver trabalhos de busca e identificação de desaparecidos, ao se colocar nesses processos, assumiram a responsabilidade de construir o trabalho de pesquisa e (re)construção da memória ligada aos desaparecidos⁷³. Esses trabalhos

⁶⁹ Cf. NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-45, 2015.

⁷⁰ Cf. LE GOFF, J. *História e memória: escrita e literatura*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

⁷¹ Cf. NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

⁷² Esquecimento, como tratamos aqui, não é o mecanismo de seleção e descarte orgânico à natureza da memória, como descrito em Ulpiano Meneses, mas o produto de uma política estatal de obliteração, por meio de seus agentes e aparatos institucionais: MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, 1992, p. 16.

⁷³ Rodrigo Motta e Marcos Napolitano discutiram a forma como os depoimentos e testemunhos de sobreviventes e familiares de vítimas da ditadura militar adentram as narrativas historiográficas, perpassando uma decisiva postura do pesquisador para com esse tipo de fonte: Motta ponderou sobre as sutilezas que envolvem a análise de testemunhos pelos quais se é simpático ou solidário, em uma relação entre História e Memória que qualificou como "polêmica". MOTTA, Rodrigo P. Sá. História, memória e as disputas pela representação

tiveram repercussões práticas e metodológicas que acabaram acarretando danos e prejuízos aos ossos. Além de não produzirem o esperado, as instituições acabaram por ser agentes de novas violações e de um duplo descaso: a) no acondicionamento dos esqueletos; e b) no retorno à sociedade e aos familiares. Dessa forma, ressalta-se que o papel acadêmico-científico da universidade quanto à construção da memória não pode eximir-se de responsabilizar o Estado em situações nas quais deixou de garantir direitos fundamentais ao povo ou nos processos que envolvem violência cometida por agentes estatais. Pelo contrário, a universidade deve buscar, por meio de seus métodos e técnicas, garantir que a memória relacionada a esses problemas e às vítimas tenha suas camadas expostas “para que não se esqueça”. A produção e a leitura de textos para gestar discursos sobre a memória coletiva fazem parte de ações mais comumente realizadas pelo corpo acadêmico. A literatura e a escrita (acadêmica ou não) também se colocam como um modo de concretizar a reflexão sobre violações de direitos⁷⁴. O aporte da escrita deve ser utilizado, inclusive, para explicar o valor dos desaparecidos do passado e como isso se relaciona aos desaparecidos de hoje.

Por meio de suas atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária, a instituição de Ensino Superior deve buscar os artefatos e discursos de memória, de modo a manter uma ideia de justiça e emancipação social diante de discursos negacionistas e compreendendo, ao mesmo tempo, que a memória tem uma ligação orgânica com a sociedade, com o grupo ao qual pertence, remete ao mito, com sua tradição oral, modificando-se cada

do passado recente. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 9, p. 56-70, 2013. Napolitano observou que tais testemunhos assumem um duplo estatuto, histórico e jurídico, e “os historiadores se veem obrigados a analisar indícios materiais de crimes coletivos, bem como a credibilidade e função dos testemunhos dos sobreviventes e perpetradores”. NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-45, 2015, p. 37.

⁷⁴ Cf. VERA, Nylsa O. Contar a los desaparecidos en Colombia. *Educación, lectura y memoria. Revista Colombiana de Educación*, Bogotá, n. 62, p. 263-283, 2012.

vez que é contado, onde o lembrar e o esquecer tornam os mitos e as memórias entes vivos e dinâmicos⁷⁵. Trava-se, assim, uma guerra acerca da memória pré-redemocratização. Nessa luta, o domínio da memória fará o vencedor. Por outro lado, a hegemonia no campo da memória nem sempre implica, como observou Napolitano⁷⁶, hegemonia política. Ao revés, o discurso dos “vencidos” permanece dominante em se tratando da ditadura.

Conclusão

São muitos os percalços na obtenção de justiça (restaurativa ou de transição) nos países em período de redemocratização ou de fim de conflitos armados, seja pelo não reconhecimento das violações que ocorreram, seja pela falta de apuração de fatos e coleta de dados, em grande parte porque o aparato estatal e burocrático se mantém, inclusive, nas universidades⁷⁷.

No caso da ditadura militar no Brasil, as evidências apontam o uso da máquina burocrática estatal para manipular ou produzir o esquecimento de grupos que se opuseram ao regime e, por isso, tornaram-se suas vítimas. Esses sujeitos sofrem uma segunda violência, a partir de narrativas que negam os crimes cometidos pelo regime ditatorial e mantidos, sob formas análogas, em tempos democráticos⁷⁸.

⁷⁵ Cf. PEREIRA, Felipe Caldonazzo de Almeida; SERAFIM, Jucenir da Silva; MOLINA, Letícia Gorri. Memória para a Ciência da Informação: um trabalho interdisciplinar. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS, 9., 2016, Londrina. *Anais [...]*. Londrina, PR: Edgard Blücher, 2016. p. 1256-1267.

⁷⁶ NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-45, 2015, p. 17-18.

⁷⁷ PODCAST 1049. Episódio piloto: Edson Teles. [Entrevista cedida a] João Pedro S. de Albuquerque. 5 set. 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2aAJJ6XHROWLFGQBP81xHd?si=FmUg5DCOSiWWz2MargB NKQ>. Acesso em: 17 out. 2019.

⁷⁸ Cf. TELES, Edson. Os dispositivos de controle e a democracia de segurança nacional. *Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp*, Guarulhos, v. 5, n. 2, p. 86-95, 2016. ASSUMPÇÃO, Raiane P. S. et al. Reflexões sobre a continuidade dos crimes pela Violência de Estado e a luta dos familiares das vítimas. In: AMADEO, Javier (Org.) *Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, Justiça de transição e antropologia forense*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2019. p. 373-394

Então, resta aos familiares, em memória dessas vítimas, entrarem no campo de batalha da memória para garantir seu direito à verdade e à justiça, podendo considerar a universidade pública como entidade apoiadora⁷⁹. Destaca-se aqui, inclusive, a importância das comissões da verdade universitárias, que tornam públicos os casos e as discussões sobre violações de direitos humanos em seus *campi*, além do reconhecimento de seus mortos e desaparecidos no período ditatorial⁸⁰.

Contudo, os diferentes tratamentos dados em cada uma das universidades no caso da Vala de Perus mostram as nuances que a universidade pode assumir ao lidar com casos de violência de Estado. As 3 universidades processadas pela Ação Civil Pública (Unicamp, USP e UFMG) foram diretamente responsáveis pelos atos de seus agentes, que geraram danos aos esqueletos, às famílias e à coletividade devido à ausência de esclarecimentos, violando os deveres constitucionais das universidades⁸¹. O fato de uma universidade não desenvolver um trabalho adequado em uma situação como a da Vala de Perus pode servir de lastro a discursos negacionistas, pois mesmo que o conhecimento científico não elimine tais narrativas, ele oferece o contraponto baseado em fatos e evidências para questioná-las.

Como maior exemplo da “institucionalidade do esquecimento” se tem o período da ditadura militar no Brasil. Entretanto, mesmo em períodos democráticos, existem aqueles grupos que são marginalizados diariamente, vítimas do descaso e da violência do Estado, e que têm negado seu direito à

⁷⁹ Michael Pollak evocou a expressão “batalha da memória” para se referir às disputas discursivas sobre o passado, no contexto europeu do pós-guerra: POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. OSMO, Carla. Direito à verdade: Parâmetros internacionais e realização no Brasil. In: AMADEO, Javier (Org.) *Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, Justiça de transição e antropologia forense*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2019. p 195-230.

⁸⁰ Cf. MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁸¹ Cf. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. Ação Civil Pública: Caso Ossadas de Perus. 2009. Disponível em: http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/Caso_Ossadas_de_Perus.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

memória, invisibilizado pelas (ausências de) políticas públicas⁸². Os resultados trazidos ao longo da trajetória da Vala de Perus constituem provas de que o conhecimento acadêmico pode trazer devolutivas para a sociedade e da importância da universidade pública enquanto instituição capaz de atender às demandas sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Criméia A. S. de. Humanizar as ciências forenses. 9 out. 2019. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/5nh8h9DzVFRLD0beQtJOZV?si=pBmLA4_5S4q5qE9R9LpnT. Acesso em: 17 out. 2019.
- ALVES FILHO, Manuel; MIRANDA, Adriana. O Projeto Perus, passo a passo. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ano 15, n. 160, p. 2-5, 2001.
- AMADEO, Javier (Org.). *Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, Justiça de transição e Antropologia Forense*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2019a.
- AMADEO, Javier (coord.). *Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição – relatório final*. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2019b.
- AMENDOLA, Gilberto. Grupo teme paralisação de análises em Perus. 7 nov. 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,grupo-teme-paralisacao-de-analise-em-perus,10000086791>. Acesso em: 20 out. 2019.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- AZEVEDO, Desirée de L. A única luta que se perde é aquela que se abandona: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Orientadora: Bela Feldman. 2016. [n. d.]. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- AZEVEDO, Desirée de L. Os nossos mortos e desaparecidos: reflexões sobre a construção da noção de desaparecimento político no Brasil. In: AMADEO, Javier (org.). *Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, Justiça de transição e antropologia forense*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2019a. p. 231-266.
- AZEVEDO, Desirée de L. Os mortos não pesam todos o mesmo: uma reflexão sobre atribuição de identidade política às ossadas da Vala de Perus. *Papeles del CEIC, Leioa*, v. 2019, n. 2, p. 1-20, 2019b.

⁸² Ademais, a memória é um objeto que está sempre em disputa entre aqueles que estão no poder e os grupos que o “poder” deseja riscar da História, pois a memória carrega consigo um conjunto de eventos, fatos e personagens que, por meio de sua existência no passado, têm experiências consistentes que estabelecem uma relação de atualidade com o passado. Cf. AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. *Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, 2008.

- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, 2008.
- BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2014a.
- BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. Portaria n. 620, de 9 de outubro de 2014. Institui, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República SDH-PR, o Grupo de Trabalho Perus com a finalidade de proceder à análise de restos mortais exumados do Cemitério Dom Bosco, especialmente da sua vala clandestina, com vistas à identificação de mortos e desaparecidos políticos, nos termos do disposto na Lei n. 9.140, de 4 de dezembro de 1995. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 14 out. 2014b.
- COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA – CICR. Guía de buenas prácticas para el uso de la genética forense e investigaciones sobre derechos humanos y derecho internacional humanitario. Buenos Aires: CICR, 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. Tabela de áreas do conhecimento. Disponível em: www.cnpq.br. Acesso em: 18 out. 2019.
- DE SOUZA, Paulo D. Vandalismo adia abertura de exposição dedicada a desaparecidos políticos. 3 nov. 2013. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/11/vandalismo-adia-abertura-de-exposicao-dedicada-a-desaparecidos-politicos-8213/>. Acesso em: 8 jul. 2019.
- DOSSIE dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Pernambuco: Companhia Editora de Pernambuco; São Paulo: Governo do Estado de SP: 1995/1996.
- FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A.; REIS, J. A. (org.). *Arqueologia da repressão e da resistência. América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. São Paulo: Annablume, 2008.
- FUNDACIÓN DE ANTROPOLOGÍA FORENSE DE GUATEMALA – FAFG. Disponível em: <https://fafg.org/>. Acesso em: 30 dez. 2018.
- FUNDO BRASIL. Mães de Maio. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/maes-de-maio/>. Acesso em: 20 out 2019.
- GODOY, João. Vala comum. Documentário. 33m09s. São Paulo, 1994.
- GRUPO DE INVESTIGACIÓN EN ARQUEOLOGÍA FORENSE – GIAF. Informe final 2005-2006. Investigaciones arqueológicas sobre detenidos-desaparecidos en la dictadura cívico-militar. Montevideo: Universidad de la República, 2006.
- GRUPO DE INVESTIGACIÓN EN ARQUEOLOGÍA FORENSE – GIAF. Informe de actividades año 2013-2014. Investigaciones antropológicas sobre detenidos desaparecidos en la última dictadura cívico-militar. Montevideo: Universidad de la República, 2015.
- HATTORI, Márcia. Documentação da Unicamp. In: HATTORI, Márcia (org.). Relatório de investigação preliminar e ante mortem. Campinas, SP: Unicamp, 2017. t. 2.

- HATTORI, Márcia. Enquadramentos de uma antropologia forense brasileira na busca de desaparecidos políticos. In: AMADEO, Javier (org.). *Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, Justiça de transição e antropologia forense*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2019. p. 497-520.
- HATTORI, Márcia; TAUHYL, Ana. Registros documentais e descaminhos de corpos: ossadas de Perus revelam máquina de fazer desaparecer. *Revista do Arquivo*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2016.
- HATTORI, Márcia et al. O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer: a importância do acesso às informações funcionais de militares para o esclarecimento da autoria de graves violações de direitos humanos investigadas pela Comissão Nacional da Verdade. *Revista do Arquivo*, São Paulo, v. 1, n. 2, 2016.
- INSTITUTO MACUCO (Ed.). *Vala clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da História brasileira*. São Paulo: Instituto Macuco, 2012.
- LAJOLO, Tereza. A indigência humana! In: INSTITUTO MACUCO (ed.). *Vala clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira*. São Paulo: Instituto Macuco, 2012. p. 103-105.
- LAJOLO, Tereza (coord.). *Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo: relatório*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2016.
- LE GOFF, J. *História e memória: escrita e literatura*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.
- LESSA, Andrea. Violência e impunidade em pauta: problemas e perspectivas sob a ótica da antropologia forense no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 1855-1863, 2009.
- MÃES DE MAIO. As mães de maio da democracia brasileira: 5 anos dos crimes de maio de 2006 – verdade e justiça, ontem e hoje! Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/maes-de-maio/>. Acesso em: 26 fev. 2020.
- MARGARIDO, A. P. Ossadas são transferidas para IML de SP: material encontrado no cemitério de Perus, na capital, estava sob responsabilidade da Unicamp há dez anos. 7 dez. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/campinas/cm0712200007.htm>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 1992.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. Ação Civil Pública: Caso Ossadas de Perus (n.º 2009.61.00.025169-4). 2009. Disponível em: http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/Caso_Ossadas_de_Perus.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá. História, memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 9, p. 56-70, 2013.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NADAI, Larissa. *Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios: o Instituto Médico Legal e suas tramas*. Orientadora: Maria Filomena Gregori. 2018. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-45, 2015.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

- OCARIZ, Maria C.; TRINDADE, Paula S.; GONÇALVES, Tereza C. Atendimento psicológico aos peritos do Grupo de Trabalho de Perus. In: OCARIZ, Maria C. (org.). *Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Efeitos psíquicos e testemunhos clínicos*. São Paulo: Escuta, 2015. p. 115-124.
- OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS – OHCHR. *The Minnesota Protocol on the Investigation of Potentially Unlawful Death. The revised United Nations manual on the effective prevention and investigation of extra-legal, arbitrary and summary executions*. Geneva: OHCHR, 2016.
- PALHARES, Fortunato Badan. A história que poucos conhecem. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ano 15, n. 160, p. 13-14, 2001.
- PEREIRA, Felipe Caldonazzo de Almeida; SERAFIM, Jucenir da Silva; MOLINA, Leticia Gorri. Memória para a Ciência da Informação: um trabalho interdisciplinar. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS, 9, 2016, Londrina. *Anais [...]*. Londrina, PR: Edgard Blücher, 2016. p. 1256-1267.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 06 mar. 2020.
- PODCAST 1049. Episódio piloto: Edson Teles. [Entrevista cedida a] João Pedro S. de Albuquerque. 5 set. 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2aAJJ6XHROWLFGQBP81xHd?si=FmUg5DCOSiWWz2MargBNKQ>. Acesso em: 17 out. 2019.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- REDE GLOBO DE TELEVISÃO. *Globo Repórter: Vala Clandestina de Perus*. 1995. 1 vídeo (49 min). Publicado pelo canal Comissão Estadual da Verdade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yKBc7S4tSfU>. Acesso em: 20 out. 2019.
- REPORTAGEM LOCAL, Ossadas encontradas em Perus são transferidas para a UNICAMP. *Folha de S. Paulo* de 02/12/1990, p. A-8. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11165&anchor=4066318&origem=busca&pd=3108f9afe0361bcf1ad1401d88c4a72d>
- ROSTICA, Julieta Carla. *La Confederación Anticomunista Latinoamericana. Las conexiones civiles y militares entre Guatemala y Argentina (1972-1980)*. Desafíos, Bogotá, v. 30, n. 1, p. 309-347, 2018.
- SALADO, M.; FONDEBRIDER, L. El desarrollo de la antropología forense en la Argentina. *Cuadernos de Medicina Forense*, Málaga, v. 14, n. 53-54, p. 213-221, 2008.
- SCHNOOR, Eduardo; ANTÃO, Ana; FERREIRA, Fernanda. Je ne regret rien. A metodologia dos desaparecimentos forçados. In: AMADEO, Javier (org.). *Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, Justiça de transição e antropologia forense*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2019. p. 267-288.
- SECRETARÍA DE DERECHOS HUMANOS PARA EL PASADO RECIENTE – SDHPR. Disponível em: <http://sdh.gub.uy/inicio/institucional/equipos/equipo-de-antropologos/presentacion-del-equipo-y-objetivos>. Acesso em: 30 dez. 2018.
- SOUZA, Luiza. A Vala de Perus. In: INSTITUTO MACUCO (ed.). *Vala clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira*. São Paulo: Instituto Macuco, 2012. p. 21-22.
- SOUZA, R. A. et al. A retomada das análises da vala clandestina de Perus. In: SÃO PAULO (Estado). *Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2015. p. 1-79.

- TELES, Edson. Os dispositivos de controle e a democracia de segurança nacional. *Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp, Guarulhos*, v. 5, n. 2, p. 86-95, 2016.
- TELES, Janaína. Os testemunhos e as lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE LA MEMÓRIA, 3., 2010, Buenos Aires. *Anales [...]*. Buenos Aires: [s. n.], 2010.
- TELES, Janaína. Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. Orientadora: Zilda Marcia Gricoli Iokoi. 2011. 519 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- TELES, Janaína. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da vala de Perus. *Anos 90, Porto Alegre*, v. 19, n. 35, p. 261-298, 2012.
- TELES, Janaína. A vala clandestina de Perus: entre o passado e o presente. *InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais, Brasília*, v. 4, p. 300-341, 2018.
- TELES, Maria Amélia de A. Denúncias e resistências à violência de Estado no Brasil: comemoração dos 5 anos do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. 5 set. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/CAAFUnifesp01/videos/2163938170573632/>. Acesso em: 18 out. 2019.
- TELES, Maria Amélia de A. Familiares de desaparecidos políticos em busca por justiça: uma luta sem tréguas! In: AMADEO, Javier (org.). *Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, Justiça de transição e antropologia forense*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2019. p. 313-326.
- TOMAZ; Kleber; DUARTE, Nathália. Justiça dá prazo para União planejar identificação de ossadas de Perus. 28 maio 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/05/justica-da-prazo-para-uniao-planejar-identificacao-de-ossadas-de-perus.html>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA – UDELAR. Disponível em: <http://www.universidad.edu.uy/>. Acesso em: 30 dez. 2018.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. Concurso Público: Edital n. 105, de 13 de março de 2018. 2018a. Disponível em: <https://concurso2018.unifesp.br/upload/kceditor/files/Documentos/Edital%20do%20Concurso%20105%202018.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. Unifesp entrega restos mortais de desaparecido político à família. 30 ago. 2018b. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/boletins-anteriores/item/3448-unifesp-entrega-restos-mortais-de-desaparecido-politico-a-familia>. Acesso em: 18 out. 2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. Grupo de Trabalho Perus identifica segundo desaparecido político. 3 dez. 2018c. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/boletins-anteriores/item/3642-grupo-de-trabalho-perus-identifica-segundo-desaparecido-politico>. Acesso em: 18 out. 2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF-Unifesp). Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/>. Acesso em: 20 out. 2019.
- VERA, Nylsa O. Contar a los desaparecidos en Colombia. *Educación, lectura y memoria. Revista Colombiana de Educación, Bogotá*, n. 62, p. 263-283, 2012.

Anexo

Tabela 1- Síntese de dados dos trabalhos nas universidades

	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Universidade de São Paulo (USP)	Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Formação	Fortunato Badan Palhares (médico legista coordenador do projeto) José Eduardo Bueno Zappa (assistente técnico de perícia)	Vania Ferreira Prado (graduada em Odontologia/docente de Bioquímica e Imunologia) Sergio Danilo Pena (graduado em Medicina/docente de Genética Humana)	Daniel Munhoz (médico legista do Instituto Médico Legal [IML]), Mario Jorge Tsuchiya (médico perito) e 3 odontólogos	
Tamanho	Anuncia-se uma equipe de 70 pessoas	1 pessoa ⁸³	5 pessoas	2014-2015: 12 consultores ⁸⁴ 2016-2017: 10 consultores 2017-2018: 8 consultoras 2019: 3 consultoras + 2 servidoras 2020: previsão de 6 novas vagas
Tempo	1990-2000: trabalhos foram interrompidos antes, mas o material	1995-2000: interrompido em 1997; em 1998, Vania se desligou da	2000-2009⁸⁶	2014-atual

⁸³ Desconsiderou-se o coordenador do instituto.

⁸⁴ Não foram contabilizados profissionais envolvidos na gestão do projeto.

⁸⁶ Não houve um encerramento oficial dos trabalhos pela(o) USP/IML de São Paulo, de modo que aqui se optou por considerar a data de início da *ação civil pública*, na qual as instituições foram citadas e responsabilizadas, assim, claramente, elas não estavam mais envolvidas no processo. Houve identificações a partir de 2009, mas a partir de parceria entre a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e laboratórios particulares.

	continuou lá até seu traslado para o Cemitério do Araçá	UFMG e foi para o Canadá (cf. Ação Civil Pública ⁸⁵ ; Plataforma Lattes – http://lattes.cnpq.br)		
Financiamento/investimento	CR\$ 3 milhões aplicados no traslado, funcionários, espaço físico	R\$ 50 mil (não comprovados pela investigação conduzida pelo Ministério Público Federal [MPF]) aplicados no laboratório do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG-ICB)	Espaço físico, salários dos servidores envolvidos pela USP e pelo IML, além de voluntários	Valor ainda em aberto
Agência	Estado de São Paulo Prefeitura Municipal de São Paulo Unicamp	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Convênio de cooperação de pesquisa com o(a) Departamento de Medicina Legal/Unicamp	–	Unifesp Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de São Paulo Ministério de Direitos Humanos

⁸⁵ Cf. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. Ação Civil Pública: Caso Ossadas de Perus. 2009. Disponível em: http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/Caso_Ossadas_de_Perus.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

Resultados	Sete identificações; muitos ossos misturados, mau acondicionamento e muitos danos aos ossos Identificações da Vala: Frederico Mayr e Denis Casemiro Identificação de sepulturas individuais: Sônia Moraes Angel Jones, Antônio Carlos Bicalho Lana e Helber José Gomes Goulart	Recebeu fragmentos referentes a 9 ossadas Relatório sobre Flávio Molina, de 1997 Recebeu amostras de sangue de familiares de Luiz Cunha, de Flavio Molina e de Hiroaki Torigoe – em 2000-2001 Encaminharam ossos e sangue para a Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC) de São Paulo	Analisaram apenas 7 caixas, que já tinham sido indicadas pela Unicamp como potenciais para <i>match</i> . Todo o trabalho teve de ser baseado nas fichas e nos vídeos Os desaparecidos identificados foram encontrados por meio de parceria entre o MPF, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e laboratórios privados	2 identificações até o momento Limpeza de todo o material; inventário e análise de todo o material Retomada de contato com as famílias Consolidação de protocolos Formação de novos profissionais
Fonte	<i>Folha de S. Paulo</i> (de 02/12/1990, p. A-8) ⁸⁷	Ação civil de pública de 2009 ⁸⁹	Tomaz Duarte ⁹⁰ e Margarido ⁹¹	Souza, R. A. et al. ⁹² Ocariz, Trindade e Gonçalves ⁹³

⁸⁷ REPORTAGEM LOCAL, Ossadas encontradas em Perus são transferidas para a UNICAMP. *Folha de S. Paulo* de 02/12/1990, p. A-8. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11165&anchor=4066318&origem=busca&pd=3108f9afe0361bcf1ad1401d88c4a72d>.

⁸⁹ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2009, *passim*.

⁹⁰ TOMAZ; Kleber; DUARTE, Nathália. Justiça dá prazo para União planejar identificação de ossadas de Perus. 28 maio 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/05/justica-da-prazo-para-uniao-planejar-identificacao-de-ossadas-de-perus.html>. Acesso em: 21 fev. 2020.

⁹¹ MARGARIDO, A. P. Ossadas são transferidas para IML de SP: material encontrado no cemitério de Perus, na capital, estava sob responsabilidade da Unicamp há dez anos. 7 dez. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/campinas/cm0712200007.htm>. Acesso em: 21 fev. 2020.

⁹² SOUZA, R. A. et al. A retomada das análises da vala clandestina de Perus. In: SÃO PAULO (Estado). *Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2015, p. 1-79.

⁹³ OCARIZ, Maria C.; TRINDADE, Paula S.; GONÇALVES, Tereza C. Atendimento psicológico aos peritos do Grupo de Trabalho de Perus. In: OCARIZ, Maria C. (org.). *Violência de Estado na*

	Alves Filho e Miranda ⁸⁸			Hattori e Tauhyl ⁹⁴
--	----------------------------------------	--	--	--------------------------------

Artigo recebido em 29/10/2019 e aprovado em 04/12/2019.

ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Efeitos psíquicos e testemunhos clínicos. São Paulo: Escuta, 2015. p. 115-124.

⁸⁸ ALVES FILHO, Manuel; MIRANDA, Adriana. O Projeto Perus, passo a passo. *Jornal da Unicamp*, Campinas, ano 15, n. 160, p. 2-5, 2001.

⁹⁴ HATTORI, Márcia; TAUHYL, Ana. Registros documentais e descaminhos de corpos: ossadas de Perus revelam máquina de fazer desaparecer. *Revista do Arquivo*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2016.